

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: janeiro de 2011.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Código Florestal: governo tenta reduzir polêmica – Catarina Alancastro - O Globo – O País – 06/01/2011.....	3
Desmatobrás – Liana Melo e Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 09/01/2011.....	4
Para ministra, lixo e esgoto também são desafios ambientais – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 12/01/2011	8
Mudança climática revela cadáveres – Folha de São Paulo – Ciência – 18/01/2011.....	11
Lei ambiental – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 24/01/2011	13
Fórum discute importância das florestas para sustentabilidade do planeta – Carine Correa – Sítio Eletrônico do MMA – 25/01/2011	14
Boas práticas que tornam a pecuária sustentável - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 25/01/2011	15
Brasil apresenta modelo de concessões florestais a países da ONU – Sítio Eletrônico do MMA – 31/01/2011	17
Extrativistas têm safra 2010/2011 garantida com subvenção do Governo – Sítio eletrônico do MMA – 31/01/2011	18

Código Florestal: governo tenta reduzir polêmica – Catarina Alancastro - O Globo
– O País – 06/01/2011

Na tentativa de reduzir a polêmica gerada em torno da mudança do Código Florestal, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) finalizou um texto que faz concessões, mas não tantas quanto as contempladas pelo projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), fortemente criticado por ambientalistas ao longo do ano passado. Uma das mudanças previstas no anteprojeto do governo trata da proteção de leitos dos rios. O ministério pro-

põe que essa faixa seja reduzida em até 15 metros para fins de recomposição. Ou seja, quem desmatou mais do que o permitido terá que recuperar a metade do limite atual, que é de 30 metros.

A proposta de Aldo prevê que a faixa de proteção seja de apenas cinco metros. A justificativa da pasta é facilitar a recomposição dessas áreas. O MMA deixa claro que o limite de 15 metros vale apenas para quem for recuperar áreas desmatadas até 2008 (data do último decreto de crimes ambientais). Mas a proposta AP/14-1-2009

do ministério não muda a faixa de proteção permanente, que continua sendo de 30 metros.

Outro ponto previsto na proposta de Aldo criticado pelos ambientalistas foi a anistia a quem desmatou ilegalmente até 2008. Para este caso, o MMA encontrou uma fórmula intermediária: nem libera os desmatadores, nem os obriga a pagar multas. Eles terão um prazo negociado com as secretarias ambientais dos estados para recuperar a área degradada. Nesse período a multa é suspensa. Depois que o dano for sanado, a dívida será arquivada.

Por exigência da ministra Izabella Teixeira, o texto que será submetido à Presidência antes de ser encaminhado ao Congresso também inclui no Código Florestal as áreas urbanas. Casas, lojas e edifícios erguidos às margens de rios antes de 1965, quando foi criado o código, não estão na ilegalidade. Já as construções feitas à beira de rios até 2001 (data do Estatuto das Cidades) terão que ser demolidas se ultrapassarem a dis-

tância mínima de 15 metros dos rios. As construídas depois disso terão de obedecer ao limite integral da regra para APP (Área de Preservação Permanente), que é de 30 metros de cada lado dos rios.

O objetivo, além de regularizar esses locais, é buscar a segurança dos mesmos. Áreas de risco deverão ser desocupadas, e, onde é possível manter populações, a recuperação da vegetação ajudará a conter futuros deslizamentos de terra.

Diferentemente do texto de

Aldo, o do MMA não libera os pequenos produtores da obrigação de manter a reserva legal — percentual da propriedade que deve ser preservado e que varia de acordo com cada bioma. Os agricultores familiares, no entanto, terão um processo simplificado para cumprir a lei. A demarcação da reserva legal, atualmente cara e burocrática, será gratuita e poderá ser feita com um simples GPS, sem a necessidade de um técnico que faça o georreferenciamento da terra.

Desmatobrás – Liana Melo e Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 09/01/2011

O governo planeja desmatar 5,3 mil quilômetros quadrados (km²) de floresta no país, o que equivale à área dos 19 municípios da região do Grande Rio, para construir 61 usinas hidrelétricas e 7,7 mil quilômetros de linhas de transmissão. A maior parte dos projetos fica na nova fronteira energética do país, a Amazônia Legal, que congrega nove estados.

Apesar de impressionante, o impacto pode até ser maior, já que o número leva em conta apenas a área que será alagada pelas hidrelétricas e a extensão das linhas de transmissão, e não inclui o desmatamento no entorno. E ainda não entraram no cálculo as obras previstas na segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2), como rodovias e ferrovias, cujo dano ambiental não foi estimado nem mesmo pelo governo.

ONDE SERÃO AS OBRAS

O governo pretende instalar 61 novas usinas no país e a Região Norte foi eleita o celeiro energético 2 do Brasil. Para colocá-las em operação, o desmatamento oficial pode chegar a 4.892km². Outros 1.407km² serão afetados com a construção de 7,7 mil quilômetros de linhas de transmissão, parte delas em área de floresta. No total, o desmatamento pode chegar a 5,3 mil km², excluindo as áreas urbanas e de pastagem Usinas hidrelétricas em construção ou planejadas até 2019

Linhas de transmissão

OUTRAS OBRAS PLANEJADAS Rodovias

- BR-432 RORAIMA Extensão: 171 quilômetros
- BR-242 TOCANTINS Extensão: 243 quilômetros
- BR-429 RONDÔNIA Extensão: 286 quilômetros
- BR-080 MATO GROSSO Extensão: 170 quilômetros
- BR-242 MATO GROSSO Extensão: 393 quilômetros
- BR-163 e BR-364 MATO GROSSO Extensão: 338 quilômetros

Ferrovias

- Ampliação da Ferrovia Norte-Sul
PARÁ E MARANHÃO Extensão: 480 quilômetros
- Trecho de integração Oeste-Leste
TOCANTINS Extensão: 505 quilômetros
- Integração Centro-Oeste
GOIÁS E MATO GROSSO Extensão: 1.040 quilômetros
- Integração Centro-Oeste
RONDÔNIA E MATO GROSSO Extensão: 590 quilômetros

A JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ

‘Impacto ambiental cirúrgico’

- A Região Norte foi eleita o celeiro energético do país e o presidente da Eletrobras, José Antônio Muniz, aposta que as usinas plataformas são a alternativa para a Floresta Amazônica. Seu nome ainda não foi confirmado à frente da estatal no

governo Dilma Rousseff.

Liana Melo e Henrique Gomes Batista

O GLOBO: O governo elegeu a Região Norte como o novo celeiro energético do país, apesar da Floresta Amazônica. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ: Todos os aproveitamentos significativos que tínhamos nas regiões Nordeste e Sudeste já foram implementados. Resta desenvolver aqueles que estão na Amazônia Legal. O potencial energético brasileiro está concentrado no Pará e um pouco em Mato Grosso. Até 2030, boas usinas que vão surgir serão todas no Pará e o grande foco nos próximos anos será o Rio Tapajós.

- A gritaria contra Belo Monte só está começando. O que o senhor acha das críticas ao projeto? MUNIZ: Qualquer grande empreendimento tem impactos ambientais. Mas existem os impactos positivos e os negativos. No caso de Belo Monte, que foi desenvolvida no conceito de inserção regional, temos um programa de ações que vão reestruturar a região, que já está bastante degradada. Os projetos dos anos 70/80 eram baseados no conceito de enclave, ou seja, a usina era construída para atender a demanda de outro estado.

- Qual é a alternativa para não repetir nos tempos atuais uma usina como Tucuruí? MUNIZ: As usinas plataformas, que, após o fim da obra, terá um impacto ambiental cirúrgico. O nome veio das plataformas de petróleo em alto-mar. Ao fim da obra, vai ficar tudo verdinho novamente, vamos reflorestar estradas e canteiro de obras. O complexo do Rio Tapajós com suas cinco usinas seguirá este modelo. A usina será administrada à distância, o que significa que poucas pessoas estarão trabalhando no local; após o fim da obra, não construiremos uma vila para os funcionários. Só que esta alternativa só é aplicável para as hidrelétricas instaladas em regiões pouco degradadas. Limite da Amazônia Legal

VENEZUELA

Boa Vista

SURINAME

GUIANA FRANCESA

Cachoeira Caldeirão

Ferreiros

São Luís do Tapajós

Cachoeira do Ca Jamanxi

Cachoeira dos Pintos

Jardim do Ouro

Santo Antônio do Juruá

Jatobá Chico

Santa Izabel

São Luís

Serra Quebrada

Estreito

A meta é instalar 61 novas usinas em todo o Brasil até 2019 para jogar no sistema mais 42 mil megawatts (MW) de energia. As maiores usinas ficarão na região amazônica. Custos, financiamento, cronograma, necessidade de mão de obra e potencial energético dos projetos estão minuciosamente explicados em 330 páginas no Plano Decenal de Energia, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, órgão responsável pelo planejamento do setor), e no PAC-2. Mas não há análise profunda sobre os impactos ambientais: a previsão de recursos previstos para aplicar em

compensações é de R\$ 614 milhões, o que corresponde a 0,5% do valor das obras.

S Ant

TTaba a a

MMarabá

Palmas

Guapimirim

— A experiência mostra que uma área adicional também é desmatada por causa dos investimentos no local. Por exemplo, os projetos atraem as pessoas para trabalhar na obra e um outro grande número vem espontaneamente buscar oportunidades. Depois da obra, parte desta população fica e gera um crescimento populacional acima da média por vários anos — avalia Paulo Barreto, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), lembrando que, na região de Tucuruí, por exemplo, as taxas de crescimento populacional continuam sendo duas vezes maiores que a do resto do país, mesmo três décadas depois da implantação do projeto. Setor elétrico é caixa-preta, diz procurador federal

- A gritaria que, no passado, levantou-se contra Tucuruí, voltou-se hoje contra Belo Monte, que já acumula oito ações na Justiça. O próprio Conselho Nacional de Política Energética decidiu pela proibição de qualquer nova usina no rio Xingu, no Pará. Ainda assim, das 61 hidrelétricas previstas pelo governo, 15 delas, segundo a própria EPE, interferem diretamente em áreas de conservação ambiental, três delas afetam indiretamente, enquanto 13 projetos interferem direta e indiretamente em reservas indígenas.

A Eletrobras minimiza o impacto ambiental, alegando que as novas usinas terão pequenos reservatórios e vão desmatar pouco. O planejamento das novas hidrelétricas tende, segundo a estatal, a manter o reservatório na área que o rio já ocupa nas épocas das cheias.

— O desmatamento oficial provocado pela instalação destas novas usinas na Amazônia Legal é apenas um dos exemplos de passivos ambientais promovidos pelo próprio governo — critica o procurador da República Felício Pontes Jr., do Ministério Público Federal (MPF) do Pará, ferrenho crítico do projeto da hidrelétrica de Belo Monte. — O setor elétrico no país é uma das maiores caixas-pretas do governo, nada é discutido e nem as audiências públicas são respeitadas. Sem falar no fato de que os valores das compensações socioambientais são calculados com base no valor da obra e não no passivo socioambiental gerado.

Pontes já encomendou ao Imazon estudo para calcular o impacto ambiental indireto que será provocado pela instalação de Belo Monte. Para evitar empecilhos como estes, o governo desenvolveu um modelo inovador de geração de energia elétrica na floresta. São usinas que seguem o conceito de plataformas, que, a exemplo das de petróleo, será operado à distância para evitar grandes impactos ambientais. O complexo Tapajós, composto de cinco usinas, é a menina dos olhos do governo Dilma. O presidente do Instituto Acende Brasil,

Cláudio Salles, acredita que falta uma visão sistêmica do planejamento das novas fontes de usina. Ele acredita que há casos em que seriam mais eficientes, econômico e ambientalmente, usinas com reservatórios maiores e até térmicas modernas ou nucleares mais próximas do centro consumidor, o que reduziria o impacto das linhas de transmissão: — Sentimos falta de uma discussão mais serena.

Entre as usinas planejadas, seis já estão sendo financiadas pelo BNDES — Belo Monte, Jirau, Santo Antonio, Estreito, Dardanelos e São Salvador. Nestes casos,

foram desembolsados R\$ 4 bilhões para projetos socioambientais. O banco estima que a tendência é que estes investimentos, que hoje correspondem a 8% do investimento total realizado pelas empresas, subam para cerca de 10% no futuro, bem acima do 0,5% previsto pela EPE. Procurados, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama não comentaram o assunto.

Rodovias e ferrovias rasgarão florestas. Impacto de mais de quatro mil quilômetros ainda sem previsão Além do desmatamento causado pelas obras do setor elétrico, a Amazônia Legal deverá sofrer com projetos de transporte. O governo planeja, para os próximos quatro anos, construir 1.601 quilômetros de rodovias e outros 2.615 quilômetros de ferrovias, alguns dos quais cortando áreas totalmente preservadas de floresta dos estados de Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Pará.

O Ministério dos Transportes, responsável pelas obras, ainda não tem ideia do impacto ambiental que estas novas vias vão provocar. Entretanto, a pasta já analisa o custo das seis rodovias e das quatro ferrovias planejadas, que juntas podem custar R\$ 8,9 bilhões — isso sem levar em conta duas estradas de ferro ainda sem custo estimado.

Ecologistas apontam as rodovias como os principais indutores do desmatamento, por provocar o efeito “espinha de peixe”: a partir de uma nova estrada, pessoas migram por oportunidades, se fixam em seus entornos e ampliam o desmatamento. Alguns especialistas acreditam que as vias chegam a representar 75% do desmatamento da floresta.

Paulo Fleury, presidente do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), diz que sequer há ganhos econômicos nas rodovias:

- Fizemos estudos simulando o transporte de soja do Mato Grosso para exportar, simulando a BR-163, asfaltada, hidrovias e ferrovias. A rodovia desmata mais, emite mais gás do efeito-estufa, exige mais investimentos e manutenção e encarece o frete. (Liana Melo e Henrique Gomes Batista).

‘Impacto ambiental cirúrgico’

- A Região Norte foi eleita o celeiro energético do país e o presidente da Eletrobras, José Antônio Muniz, aposta que as usinas plataformas são a alternativa para a Floresta Amazônica. Seu nome ainda não foi confirmado à frente da estatal no governo Dilma Rousseff.

Liana Melo e Henrique Gomes Batista

O GLOBO: O governo elegeu a Região Norte como o novo celeiro energético do país, apesar da Floresta Amazônica. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ: Todos os aproveitamentos significativos que tínhamos nas regiões Nordeste e Sudeste já foram implementados. Resta desenvolver aquelas que estão na Amazônia Legal. O potencial energético brasileiro está concentrado no Pará e um pouco em Mato Grosso. Até 2030, boas usinas que vão surgir serão todas no Pará e o grande foco nos próximos anos será o Rio Tapajós.

- A gritaria contra Belo Monte só está começando. O que o senhor acha das críticas ao projeto? MUNIZ: Qualquer grande empreendimento tem impactos ambientais. Mas existem os impactos positivos e os negativos. No caso de Belo Monte, que foi desenvolvida no conceito de inserção regional, temos um programa de ações que vão reestruturar a região, que já está bastante degradada. Os projetos dos anos 70/80 eram baseados no conceito de enclave, ou seja, a usina era construída para atender a demanda de outro estado.

- Qual é a alternativa para não repetir nos tempos atuais uma usina como Tucuruí? MUNIZ: As usinas plataformas, que, após o fim da obra, terá um impacto ambiental cirúrgico. O nome veio das plataformas de petróleo em alto-mar. Ao fim da obra, vai ficar tudo verdinho novamente, vamos reflorestar estradas e canteiro de obras. O complexo do Rio Tapajós com suas cinco usinas seguirá este modelo. A usina será administrada à distância, o que significa que poucas pessoas estarão trabalhando no local; após o fim da obra, não construiremos uma vila para os funcionários. Só que esta alternativa só é aplicável para as hidrelétricas instaladas em regiões pouco degradadas.

Para ministra, lixo e esgoto também são desafios ambientais – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 12/01/2011

A bióloga Izabella Teixeira, 49 anos, fala rápido e lança questões dentro das próprias afirmações. Especialista em avaliação ambiental estratégica, a ministra do Meio Ambiente repete várias vezes a expressão “ampliar o debate” ou “construir a agenda”, traindo a base técnica de quem tem doutorado em planejamento ambiental. Talvez por isso, e por lembrar que 80% da população brasileira vive em zona urbana, Izabella mire as cidades em sua gestão.

“Lixo e esgoto são dois dos principais problemas ambientais deste país”, diz, ao lembrar também que é preciso dar novo desenho à dinâmica de mobilidade das cidades brasileiras. Fala, emocionada, da invisibilidade dos catadores de lixo em um País campeão de reciclagem, mas que não os enxerga nem reconhece nas políticas públicas.

“Eles, os catadores, são verdadeiros ecologistas de plantão.” Nascida em Brasília e funcionária de carreira do Ibama há 26 anos, Izabella fala em consenso e convergência. É assim que enxerga as políticas de clima e de biodiversidade, de recuperação de áreas degradadas a partir de estudos de viabilidade econômica, das políticas ambientais em harmonia com as de desenvolvimento.

“Caso contrário”, vaticina, “ca da um vai para um lado.” Braço-direito do então ministro Carlos Minc, assumiu a pasta em abril de 2010, quando ele deixou o MMA para lançar a campanha a deputado estadual no Rio de Janeiro, e foi confirmada no cargo pela presidente Dilma Rousseff. Sem o espírito midiático do antecessor e muito diferente da personalidade inspiradora de Marina Silva, a nova ministra fala em diálogo: “O Ministério do Meio Ambiente tem que ser um ministério facilitador, que formule políticas com outros parceiros.

Nós não fazemos nada sozinhos”, explica em frase-síntese da marca que quer imprimir à sua gestão. Ela parece também querer dar ares internacionais ao ministério, acompanhando a estatura que o país começa a assumir. Diz que o Brasil tem que liderar a pauta de florestas no mundo e que, aqui dentro, há que se pensar no aumento das áreas protegidas no mar. Enxerga os outros países amazônicos como parceiros e pretende trabalhar projetos em comum. Passou o último dia do ano reunida com uma delegação chinesa, falando sobre planejamento estratégico dos recursos hídricos. Tem na mesa um projeto que lhe é particularmente caro e está discutindo como Ministério do Desenvolvimento Agrário — dar destino nobre ao enorme volume de madeira ilegal apreendida na fiscalização do desmatamento.

Ela pretende articular um programa de construção de casas aos povos da floresta, que não vivem em habitações de alvenaria. “A partir do crime ambiental a gente traz cidadania ambiental”, imagina. A seguir, trechos da entrevista que ela concedeu ao

Valor : Valor: Quais são as suas prioridades neste início de gestão?

Izabella Teixeira: Na agenda ambiental é meio complicado dizer onde priorizar. Melhor pensar o que é estratégico.

Valor: Qual será a sua marca no ministério?

Izabella: Quero mencionar quatro ou cinco coisas que serão importantes na gestão. O Brasil tem uma importância estratégica no cenário internacional nas questões ambientais. É um líder e tem que assumir essa liderança não só no setor público como no privado. Temos que atuar entendendo quais as implicações dos grandes debates econômicos e sociais do planeta nas questões ambientais. E não ficar restritos aos fóruns tipo conferências, mas participar de reuniões que sejam importantes.

Valor: Por exemplo...?

Izabella: Se há uma discussão relevante em fóruns econômicos, ou em relações bilaterais, com a Alemanha, Portugal, China, é fundamental que o ministério participe com uma agenda sólida de debate e interlocução.

Valor: No dia 31 de dezembro, a senhora se reuniu com uma delegação chinesa. Qual a pauta?

Izabella: O chefe da delegação era o ministro dos Recursos Hídricos da China e nós fechamos um entendimento de cooperação em recursos hídricos. Aliás, temos muito interesse na cooperação ambiental com a China.

Valor: O que isto significa?

Izabella: Cooperar na experiência de gestão estratégica e de riscos no planejamento de recursos hídricos, e no uso desses recursos, em particular para a geração de energia. Nós fizemos o plano estratégico do Araguaia-Tocantins, por exemplo, em que se prevê a conciliação do uso múltiplo das águas com a agenda do desenvolvimento. Os chineses têm interesse nisto.

Valor: Eles têm interesse no jeito em que a gente faz esses estudos?

Izabella: Na maneira em que a gente faz, na formação e qualificação de quadros, na troca de experiências e de tecnologias.

Valor: E como é que vocês fazem? Olham a bacia hidrográfica e estudam seu uso?

Izabella: A Agência Nacional de Águas faz os planos estratégicos das bacias hidrográficas do país. Estamos discutindo agora, por exemplo, a margem direita do Amazonas. Planejamos, em função dos vários usos, sugerimos os limites e damos diretrizes de como aquilo pode ser usado. Já estão ali as usinas hidrelétricas desenhadas e as futu-ras. No caso do Araguaia-Tocantins, a reflexão que fizemos em relação à importância da biodiversidade local, do turismo, do abastecimento, do uso para irrigação e para a pecuária levou o presidente Lula a decidir excluir o Médio Araguaia de qualquer aproveitamento hídrico com relação à geração de energia.

Valor: E é nesse tipo de coisas que os chineses estão interessados?

Izabella: Estão interessados no uso de instrumentos como esse para tomada de decisão. Também estão interessados no nosso monitoramento de vulnerabilidade a enchentes.

Valor: A senhora tem dito que tem uma agenda imensa de trabalho. Por onde começar?

Izabella: Na pauta da biodiversidade, temos um desafio monumental de

trabalho para os próximos dois anos, no pós-Nagoya, com vistas à CoP-11, na Índia, onde vamos discutir os recursos financeiros necessários. Até lá pretendemos ter consolidado nossas áreas protegidas, mas também pensado na sua expansão, especialmente nos ecossistemas marinhos e costeiros, onde está nossa maior deficiência. As metas de Nagoya recomendam que se tenha 17% de áreas protegidas nos ecossistemas terrestres e 10% nos marinhos. No mar nós só temos 1,5%.

Valor: Temos que discutir onde fazer estes parques?

Izabella: Onde, como, se são só parques, se podemos conciliar usos, como potencializar recursos. Vamos ter que discutir com toda a sociedade. Aí tem a convergência de biodiversidade com a agenda de clima. Temos que pensar onde podemos estar mais vulneráveis, onde está o risco. Sem falar nas florestas, que é um tema absolutamente estratégico para o Brasil. Somos o país com a maior extensão de florestas do planeta e temos que ter liderança nessa agenda. Precisamos pensar não só na conservação, mas na recuperação de áreas degradadas com uso econômico de maneira sustentável. Temos que pensar quais as áreas degradadas deste país e qual a economia que podemos associar a elas.

Valor: Qual é esta área, quanto temos de áreas degradadas?

Izabella: Esse número é um mistério. Já ouvi desde 20 milhões a 60 milhões de hectares. Cada um diz uma coisa porque cada um tem um conceito sobre o que é área degradada. Aqui temos que ter a visão da expansão da infraestrutura no Brasil para pensar em custos e competitividade. Podemos ter área degradada onde não se consegue implantar nada porque não se consegue transportar.

Valor: Está longe de tudo?

Izabella: Porque ali as estradas deixaram de existir ou transportar por estradas não é a melhor via. Qual é o modelo? São vários, não há um único. Mas é claro que em um país com esta extensão e que, no cenário mais conservador, tem 20 milhões de hectares de áreas degradadas, não tem sentido desmatar e perder biodiversidade. Se tivermos uma reflexão de natureza estratégica e econômica, poderia tirarmos construir ali, a médio prazo, situações que chamamos de winwin. Temos que ver qual é a lógica de mercado, que mercado queremos induzir nessas áreas e cruzarmos com as questões sociais. Um exemplo disso é o exitoso projeto de óleo de palma, em escala menor, que o presidente Lula lançou em 2 milhões de hectares no Pará, em 2010. Queremos mostrar que é possível incrementar a produção agrícola, da agroecologia, da agricultura familiar, ter floresta plantada, ter incremento tecnológico e não provocar desmatamentos.

Valor: Isso na Amazônia...

Izabella: No Cerrado ou até na expansão urbana. Um exemplo que acho fascinante foi o que aconteceu no Rio, com a Ingá Mercantil, que faliu na baía de Sepetiba. Cada dia que chovia no Rio de Janeiro a gente achava que aquilo podia romper e contaminar de metais pesados a baía, era um enorme passivo ambiental. Fizemos um arranjo econômico, houve um leilão, aquilo está sendo modernizado. Não tive de abrir novas áreas e recuperei a baía. Quando a gente fala de área degradada não é só rural. Isto é importante, 80% da população do Brasil é urbana. Temos que discutir a qualidade ambiental urbana. Vamos resgatar, com o Ministério das Cidades, a pauta das cidades sustentáveis. Tem muito o que debater, as áreas protegidas nas áreas urbanas, que pouco se fala no Brasil, por exemplo. Não discutimos qual é o processo de expansão das cidades nos diversos biomas. A dinâmica de expansão das cidades na Amazônia não é a mesma da dinâmica de expansão de cidades no Centro-Oeste ou no Sudeste.

Valor: Cidades sustentáveis? O que tem em mente? Izabella: Temos que

trabalhar a mobilidade nas cidades e a poluição do ar associada a isso, e ainda, relacionar com um tema maior, que é o clima. Precisamos dar coerência às políticas ambientais. É importante que tenham coerência e convergência com as políticas de desenvolvimento. Caso contrário, cada um vai para um lado. Há uma pauta riquíssima em saneamento, em resíduos sólidos. O cidadão brasileiro tem que se apropriar da temática ambiental além da fronteira da fiscalização e do licenciamento. Isso tem a ver com a qualidade de vida dele, principalmente de quem vive nas grandes cidades

Valor: O que quer dizer?

Izabella: Tem que compreender que é parte da construção dessas soluções. Fizemos uma pesquisa em 2009 sobre produção e consumo sustentáveis, que mostra o que as pessoas pensam sobre meio ambiente. A reciclagem, todo mundo acha ótimo, é surpreendente. Em 11 capitais, em todos os perfis de renda, todos concordam que a reciclagem é um passo estratégico para o ambiente. E quando se pergunta quais são os atores responsáveis pela reciclagem, 63 % apontam os catadores. Mas não se fala qual é o papel do catador nas grandes cidades brasileiras. Se os tirarmos das ruas, e eles são 800 mil, quanto temos que adicionar de serviço público? Essa é uma pergunta que nunca ninguém faz. Há um grande preconceito social em relação ao catador, as políticas públicas não o enxergam, não se inclui o catador na economia formal, as prefeituras não os remuneram. E isso é um desafio, reconhecer esses ecologistas de plantão. Sem falar que temos pela frente uma grande provocação.

Valor: Uma provocação? Qual?

Izabella: Os grandes eventos que o Brasil vai sediar nesta década. Temos a Rio +20, a Copa, as Olimpíadas. São grandes intervenções que vão falar de temas ambientais. Vamos falar de sustentabilidade olhando para o futuro. Somos um país urbano.

Valor: Mas algum dia vamos enxergar que as estradas da Amazônia são os rios?

Izabella: Temos que enxergar. As culturas locais têm que ser respeitadas. Vamos trabalhar com as populações tradicionais, com os assentados, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Temos um projeto de habitação rural que leva em conta que eu tenho 1 milhão de metros cúbicos de madeira apreendidos. Quero transformar isso em casas de madeira para populações tradicionais e assentados. Vamos ver se é viável e fazer. Temos responsabilidades com esse pessoal, eles cuidam da floresta para a gente e o Ministério do Meio Ambiente não cuida só da fauna e da flora. Assim, a partir do crime ambiental a gente traz cidadania ambiental, na forma de casas dignas para as populações extrativistas. E respeita a sua cultura. Eles não vivem em casas de alvenaria.

Mudança climática revela cadáveres – Folha de São Paulo – Ciência – 18/01/2011

Derretimento inédito da neve, especialmente em regiões montanhosas, traz à tona corpos desaparecidos

Ultimo corpo a ser encontrado foi o de um piloto de avião da Bolívia, congelado desde 1990 perto de La Paz

O piloto de avião Rafael Benjamín Pabón foi encontrado sentado em seu assento, com o cinto de segurança afivelado e cara de quem estava dando uma cochilada. Seu cabelo preto, não muito curto, caía sobre seu ombro. Pabón estava congelado desde 1990.

Seu avião, um cargueiro, havia se chocado naquele ano contra o Huayana Potosí, uma montanha de mais de seis quilômetros de altitude na região de La Paz (Bolívia).

O boliviano foi encontrado recentemente por um alpinista, que ficou tão chocado ao esbarrar em um cadáver que resolveu carregá-lo montanha abaixo. Sua mãe está viva e vai poder enterrá-lo. Pabón, que tinha 27 anos ao morrer, entra para a lista de cadáveres revelados pelo aquecimento global, que proporciona degelos inéditos em vários lugares do mundo.

Um deles era o copiloto de Pabón, trazido de volta para fora da neve pelo verão de 1997 -o terceiro membro da tripulação, um mecânico chamado Walter Flores, ainda não foi encontrado.

Além da dupla, já foram encontradas desde três crianças incas nas montanhas da Argentina até soldados austríacos da Primeira Guerra Mundial que morreram lutando nos Alpes italianos (leia mais sobre esses dois casos à direita).

Os soldados ao menos morreram lutando. Em 2005, foi encontrado o corpo de Leo Mustonen. Ele era piloto de 22 anos da Força Aérea americana e, em 1942, estava treinando para servir na Segunda Guerra.

Não estava em treinamento à toa: enquanto praticava, acabou batendo o seu avião em uma montanha da Sierra Nevada, na Califórnia. Ficou 63 anos por lá. Em 2006, foi finalmente enterrado em sua cidade natal, em Minnesota (norte dos EUA). Outros cadáveres, mais antigos, não chegam nem a ser reconhecidos. Um deles é um misterioso e solitário homem que vivia no norte do Canadá, uma região muito fria, há 550 anos.

Todos esse corpos, em função do frio extremo das regiões em que foram encontrados e do ar seco, ficaram mumificados. Trata-se da neve fazendo com os corpos o que os egípcios faziam com resinas e óleos.

A grande preservação dos corpos chama a atenção mesmo dos cientistas. Os cadáveres intactos impressionam.

OS 29 DO ILLIMANI

Ainda assim, não são apenas corpos que estão sendo encontrados. Vários pedaços do próprio avião de Pabón, por exemplo, foram encontrados. Mas o caso mais misterioso é o de um Boeing 727, operado pela empresa Eastern Air Lines, que caiu na Bolívia no dia 1º de janeiro de 1985.

Em 2006, uma equipe de alpinistas no monte Illimani, segundo ponto mais alto do país, redescobriu os destroços do avião, que caiu no local pouco depois de decolar.

A questão é que nenhum dos corpos dos 29 passageiros foi encontrado, nem na época do acidente e nem durante a escalada de 2006.

Para o alpinista Roberto Gómez, 28, que encontrou parte da fuselagem do Boeing, porém, trata-se apenas uma questão de tempo -as geleiras estão derretendo como nunca antes, diz.

Ele já encontrou fotografias e roupas de crianças. "Os corpos e a caixa preta ainda estão em outro lugar no gelo", diz ele, ansioso.

Gerald Holdsworth, glaciologista no Instituto Ártico da América do Norte, na cidade de Calgary (Canadá), também está, se é que se pode usar a palavra, otimista. "Ainda há grandes bancos de neve em locais promissores e muitas geleiras dos mais

diferentes formatos, tamanhos e orientações. Por isso, as descobertas podem continuar acontecendo por um longo tempo."Com o "The New York Times"

Lei ambiental – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 24/01/2011

Governo precisa ultimar proposta de um novo código florestal, a fim de corrigir as concessões excessivas do substitutivo de Aldo Rebelo

As chuvas torrenciais que se abatem sobre o Sudeste do Brasil transformaram encostas e córregos em veículos de morte e devastação. A tragédia ambiental, a um só tempo natural e humana, representa oportunidade única para retomar com serenidade o debate sobre o código florestal.

De pronto, é bom destacar que uma ocupação mais ordenada desses ambientes, e em maior conformidade com a legislação ambiental, poderia ter evitado muitas mortes. A cobertura florestal no topo e na vertente de morros, assim como na beira de cursos d'água, atua como barreira de amortecimento. Onde há mata não se formam enxurradas violentas. Ali, a água penetra no solo com mais facilidade, alojando-se nos lençóis freáticos.

É claro que eventos extremos de precipitação podem sobrepujar até mesmo essa capacidade natural de absorção. Isso ficou patente nos muitos deslizamentos em áreas florestadas da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. À vista do desastre recente, contudo, não parece boa ideia flexibilizar o código florestal para afrouxar normas que já deixam de ser cumpridas com deplorável frequência -tanto no meio rural como no urbano. Essas concessões comprometem o substitutivo do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) aprovado em julho de 2010 por comissão especial da Câmara.

Rebelo nega que seu projeto, ainda por ser votado nos plenários do Legislativo, tenha implicações para zonas de risco nas cidades, o que é discutível. De todo modo, é difícil não reconhecer que seu substitutivo pende em demasia a favor de interesses ruralistas.

Proprietários de todos os portes, de posseiros a latifundiários, estão em guerra contra o atual código florestal. Até 2001, limitavam-se a desobedecê-lo, sem muito risco de sofrer autuação.

Naquele ano a lei de 1965 foi modificada por medida provisória. Tornou-se mais rigorosa, elevando para 80%, por exemplo, a exigência de reserva legal nas propriedades em região de floresta amazônica. A partir de 2008, para combater desmatamentos, o governo passou a fiscalizar o cumprimento da norma com maior eficácia. Foi quando a bancada ruralista no Congresso tornou-se mais estridente, encontrando em Rebelo um porta-voz dedicado.

Suas propostas, no entanto, despertaram forte reação da comunidade científica e de organizações ambientais. Foram encaradas como sinal aberto para aumentar o desmatamento, a custo contido nos anos anteriores.

Já se defendeu, neste espaço, que o código precisa de revisão para adequar-se à realidade do agronegócio e de sua relevância para a economia. Não faz sentido, por

exemplo, criminalizar cultivos realizados há décadas em áreas de preservação permanente, anteriores ao próprio conceito.

O encaminhamento racional do debate depende em grande medida da iniciativa do governo federal. O Ministério do Meio Ambiente já trabalhava numa proposta alternativa. É preciso apresentá-la.

Fórum discute importância das florestas para sustentabilidade do planeta – Carine Correa – Sítio Eletrônico do MMA – 25/01/2011

Afinal, qual é a importância das florestas não só para o equilíbrio fundamental do planeta, mas também para a sobrevivência das populações humanas?

Já se sabe que alguns dos serviços ambientais essenciais oferecidos pelas florestas são a regulação do clima, a manutenção e oferta de água e de alimentos. Sua importância também pode ser traduzida em inúmeras possibilidades econômicas decorrentes de sua utilização.

Para discutir a proteção em caráter emergencial das florestas de todo o planeta, representantes das Nações Unidas estão reunidos desde essa segunda-feira (24/1), em Nova York (EUA), no 9º UNFF (Fórum das Nações Unidas para Florestas) com o propósito de estabelecer agendas internacionais comuns em torno deste objetivo.

Durante duas semanas, os países membros vão debater a importância das florestas para o bem-estar e garantia da sustentabilidade das próprias populações humanas, sem se limitarem à questão da produção e do mercado florestal - focado no fornecimento de madeira -, tônica que sempre permeou essas discussões.

De acordo com João de Deus, diretor do Departamento de Florestas do MMA, no Ano Internacional de Florestas (2011), o lema da campanha da ONU pretende lembrar a todos que a conservação florestal não é um obstáculo ao desenvolvimento.

"As comunidades podem desenvolver suas economias em um processo que esteja associado à habilidade de se conseguir manter os recursos a longo prazo", comenta.

Outros temas como a preservação da biodiversidade (especialmente em florestas tropicais, que apresentam megadiversidade), redução de sua perda e manutenção de florestas como estratégia de mitigação dos efeitos de mudanças climáticas serão pautados no Fórum.

O principal ponto que o Brasil pretende defender é o manejo adequado de florestas tropicais como instrumentos de mercado. João de Deus explica que existe a possibilidade de um modelo de desenvolvimento em que as florestas vão auxiliar no processo socioeconômico das comunidades, feito a partir da utilização de recursos

múltiplos destas áreas.

"Ao gerar esta multiplicidade de usos, este modelo prevê que a pressão econômica sobre os recursos florestais deve ser compatibilizada com a sua conservação a longo prazo", argumenta.

A reunião vai avaliar como cada país membro pode implementar tais mudanças e socializar ideias e sugestões em busca de novas iniciativas.

A delegação brasileira enviada ao evento é formada por membros do Departamento de Florestas do MMA, Serviço Florestal Brasileiro, Embrapa Florestas e Itamaraty. A equipe realizou um evento paralelo no Fórum cujo tema era a agenda florestal brasileira.

Manejo florestal - João de Deus afirma que os atuais padrões de manejo florestal têm se mostrado insatisfatórios. Ele explica ainda que a criação de novos modelos vai exigir novas tecnologias e desenvolvimento de conhecimento, além de investimentos em pesquisas nesta área.

"A cooperação deve trabalhar firme e rapidamente nesse processo. Perdemos muito tempo com a propagação da ideia de que o manejo florestal seria uma única solução para todos os males".

O manejo florestal é o documento técnico que contém o planejamento para a exploração de determinadas espécies madeireiras nas florestas. Implica no manejo da floresta que extrai da mesma apenas o que ela conseguiria repor naturalmente, sem que isso comprometa o equilíbrio do ecossistema e sua capacidade de regeneração florestal, sem colocar em risco sua cobertura vegetal.

Boas práticas que tornam a pecuária sustentável - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 25/01/2011

O pasto cercado que separa o gado de uma ampla área florestal é uma das primeiras cenas para quem entra na Fazenda Periquitos, um exemplo de boas práticas no campo a ser seguido pelas demais propriedades rurais do Brasil. Aqui, tudo está mapeado e referendado por imagens de satélite: açudes, represas, pastagens, cochos, sede administrativa, córregos, rios e toda a cobertura vegetal da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, as APPs, que causam tanta celeuma entre ruralistas e ambientalistas. "Resolvemos fazer tudo direitinho, independentemente do que vai acontecer com o Código Florestal", diz a paulista Cristiane Pirola Narimatsu, que há sete anos mudou-se para Três Lagoas (MS) para administrar a fazenda e suas 14 mil cabeças de gado para corte e cria. Pelo código, em debate no Congresso Nacional, a Periquitos é obrigada a ter 20% de sua área com mata protegida e averbada em cartório — e tem.

Além de exemplar do ponto de vista ambiental, a fazenda merece atenção por outros dois motivos. Com 10 mil hectares de área, ela está na lista de fornecedores modelo da JBS, a maior indústria de processamento de carnes do mundo, ainda que de forma indireta. É da Periquitos que sai parte dos bezerros que serão engordados para o futuro abate nos frigoríficos do grupo no Estado. O outro motivo é que, na semana passada, a Periquitos foi submetida à avaliação da Embrapa, estatal brasileira de pesquisa agropecuária, para obter seu primeiro atestado de Boas Práticas Agropecuárias (BPA), o programada entidade para melhorar as condições do campo brasileiro. “É raro encontrarmos o que estamos vendo aqui”, diz Ezequiel Rodrigues do Valle, engenheiro agrônomo e coordenador nacional do programa da Embrapa, que, ao lado de um consultor ambiental independente, inspecionou a propriedade por dois dias. “Os pontos mais difíceis eles conseguiram resolver. Faltam apenas alguns pequenos ajustes”.

Lançado em 2005, o BPA consolida uma série de normas e procedimentos que devem ser observados pelos produtores rurais para torná-los mais rentáveis e competitivos no mercado, além de assegurar um sistema de produção sustentável, bem-estar animal e alimentos seguros. A ideia da concepção do programa surgiu após uma constatação nem tão óbvia para o grande público: a desinformação ainda impera, nos dias de hoje, em boa parte das fazendas de pecuária.

De acordo com os especialistas da Embrapa, o produtor rural ainda não tem uma gestão adequada da sua propriedade. O grande gargalo continua sendo a própria administração da fazenda — coisas como organização de livros contábeis, controle de estoques de alimentos e armazenamento de produtos veterinários. O déficit verde é outro obstáculo para ganhar um diferencial no mercado. É consenso nos dois lados do muro (tanto entre os defensores das florestas quanto entre produtores) que o número de fazendas adequadas ambientalmente no país é bastante baixo.

O BPA chegou a treinar em seus primeiros anos 300 técnicos agrícolas para auxiliar o produtor a seguir as normas de boas práticas. Mas o projeto só tomou fôlego no fim de 2009, quando a Embrapa percebeu que sem parcerias com o setor privado, o programa não avançaria no ritmo esperado. Desde então, firmou acordos de cooperação técnica com indústrias e associações como Tortuga, Ourofino, JBS, Pfiizer, Acrimat (Associação dos Criadores de Mato Grosso) e Aproccima (Associação de Produtores da Região de Cima da Serra/RS).

Os atestados da Embrapa dividem-se em “ouro”, “prata” e “bronze”, variando de acordo com o percentual mínimo de normas atendidas pelas propriedades. Há as obrigatórias, muito recomendadas e recomendadas. Mais de 150 fazendas já implantaram o programa e outras dezenas estão em fase de avaliação. “A ideia é conscientizar o produtor sobre os desafios do mercado”, diz Rodrigo Dias Lopes, coordenador de Pecuária Sustentável da JBS, ligado à Diretoria de Sustentabilidade do grupo. A empresa afirma ter 20 fornecedores no programa — uma gota no oceano de milhares de fornecedores da empresa — e alega ter dificuldade em atrair o pecuarista.

Muitos relutam em acreditar que não se trata de fiscalização com repreensões financeiras. Cristiane, da Periquitos, diz que não ganhou um centavo a mais com o programa. “Ganha mais orientação para a gestão da área”. Ela sabe, porém, que o BPA pode abrir mercados no futuro pelo diferencial da fazenda. Enquanto esse dia não chega, Cristiane continua olhando o enorme mapa georreferenciado da propriedade na parede de seu escritório e calculando quanto arame ainda terá de comprar para cercar florestas e reservas de água, como pede a lei. Arame liso, pra não machucar os animais. A jornalista viajou a convite da JBS

Brasil apresenta modelo de concessões florestais a países da ONU – Sítio Eletrônico do MMA – 31/01/2011

O modelo de concessões de floresta adotado pelo Brasil foi apresentado esta semana aos participantes do 9º Fórum de Florestas das Nações Unidas (UNFF), que ocorre em Nova York (EUA), em um evento paralelo que teve entre os organizadores o Serviço Florestal Brasileiro.

Segundo o diretor de Ações Estratégicas do Serviço Florestal, Marcus Vinícius Alves, que participa do encontro, as concessões brasileiras são únicas se comparadas com iniciativas fora do país.

"As concessões no Brasil se caracterizam por ter uma forte governança, transparência, participação social, além de salvaguardas socioambientais, caracterizadas pela sobreposição dos critérios técnicos sobre os de preço nos editais", afirma.

Objetivos globais - A discussão sobre as concessões florestais também buscou mostrá-las como política para alcançar os quatro Objetivos Globais em Florestas definidos pela UNFF, que incluem fortalecer a economia florestal com benefícios para as populações locais, aumentar a área de florestas manejadas e favorecer a legalidade na produção madeireira.

"O modelo de concessões implementado pelo Brasil é capaz de proporcionar o alcance de vários desses objetivos no médio e longo prazos", diz. "O side event foi uma ótima oportunidade para mostrar ao mundo o exemplo brasileiro das concessões florestais como ferramenta eficaz de promoção do manejo florestal sustentável", afirma o diretor.

A UNFF surgiu em 2000 como um órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e tem o objetivo de promover a gestão, a conservação e o desenvolvimento sustentável de todos os tipos de floresta, além de fortalecer o compromisso dos países membros para esse fim.

A 9ª sessão do Fórum de Florestas das Nações Unidas, que vai até 4 de fevereiro, tem como tema este ano "Florestas para os povos, meios de vida e erradicação da pobreza", com uma pauta que inclui debates sobre a criação de um fundo para financiar o manejo florestal sustentável, visto como um ponto chave para ajudar a dar escala global à atividade, uso da floresta por povos e comunidades tradicionais e o tema Ano Internacional das Florestas.

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro

Extrativistas têm safra 2010/2011 garantida com subvenção do Governo – Sítio eletrônico do MMA – 31/01/2011

O Governo Federal disponibilizou R\$ 24 milhões para pagar subvenção da safra 2010/2011 aos extrativistas dos 11 produtos da sociobiodiversidade inclusos na Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPMBio). Esse recurso será usado para pagar a diferença quando o preço de mercado desses produtos estiver abaixo do valor mínimo estipulado.

Para conseguir o benefício, os produtores ou associações de extrativistas precisam tirar a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e apresentar a segunda via da nota fiscal da venda do produtos à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do estado, que pagará a subvenção.

Diferentemente da política de preços mínimos para a agricultura tradicional, que envolve leilões públicos de compra de produção e outros mecanismos burocráticos, no caso dos extrativistas o Governo paga diretamente a diferença entre o preço de comercialização e o preço mínimo. O próprio extrativista vende o produto e recebe a complementação.

O cálculo para o pagamento é simples. Se o seringueiro vender um quilo de borracha por R\$ 2, a Conab pagará a subvenção de R\$ 1,50, para completar o preço mínimo do produto, que é R\$ 3,50. Cada produto tem um teto para subvenção.

A fixação do preço mínimo para produtos extrativistas faz parte de uma série de ações do MMA, em conjunto com outros ministérios, com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva de auto-sustentação dos povos tradicionais e da agricultura familiar. Além disso, o fortalecimento das cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade é considerado fundamental para a integração da conservação e uso sustentável dos ecossistemas.

Para o diretor da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre), Manoel da Silva, a política de preço mínimo para a castanha-do-Brasil ajuda a vida dos extrativistas. "Talvez sem a política teríamos parado de produzir quando o preço está baixo", ressaltou. Mais de 420 produtores extrativistas já conseguiram o benefício da PGPMBio.

Os produtos da sociobiodiversidade que têm preço mínimo são: Açaí, Babaçu, Baru (fruto), Borracha Natural Extrativa, Castanha-do-Brasil, Cera (tipo 4) e Pó Cerífero (tipo b) da Carnaúba, Mangaba, Pequi, Piaçava e Umbu.

De acordo com o analista ambiental Alan Franco, do MMA, a PGPMBio ajuda tanto o extrativista quanto o meio ambiente. "A política garante o dinheiro da produção. Às vezes o preço de mercado não compensa a extração", disse.

Com o dinheiro garantido, a população não precisa buscar atividades alternativas para garantir o sustento da família, mantendo a floresta preservada. "As castanheiras são protegidas por lei e precisam das árvores em volta para a produção", explicou Franco. Segundo ele, também há pássaros polinizadores que usam esse ambiente para se reproduzir. "Há uma conexão entre as castanheiras, outras plantas e os polinizadores", disse, ao destacar que isso combate o desmatamento com o incentivo à floresta em pé.

DAP - O Brasil tem cerca 1,5 milhão de pessoas que vivem do extrativismo, em uma área de 144 milhões de hectares. No entanto, a grande maioria perde a chance de conseguir recursos e benefícios dos programas do Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade (PNPS) por não ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Até 2010, somente 9,6 mil extrativistas tinham a DAP. O Ministério do Meio Ambiente fechou parceria com o Conselho Nacional de Populações Extrativistas e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu para emitir, este ano, 70 mil DAPs.

Segundo o analista ambiental Alan Franco, o MMA vai disponibilizar computadores, internet e assistência técnica para que as duas organizações extrativistas possam fazer a declaração dos próprios membros. Sem a DAP, o extrativista perde benefícios como a política do preço mínimo, o programa de aquisição de alimentos e crédito para financiar a produção.

Com o registro, o Governo Federal também poderá identificar os extrativistas que estão na linha da extrema pobreza, com renda menor que R\$ 70 por pessoa. Essa população também será beneficiada por políticas de combate à pobreza.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD (Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Agrário)

Ministério do Desenvolvimento Agrário



